JORNAL

O Poder popular

EDIÇÃO 111
Novembro 2026
ANO 11

Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.



A vitória de Lula, a mobilização popular e os desafios da luta de classes

Págs: 10 e 11

PCB
pcb.org.br
pcb@pcb.org.br

Acesse o conteúdo através do seu dispositivo móvel

EDITORIAL

A fuga de Flávio Bolsonaro e as manobras do Império

A vitória de Lula nas eleições presidenciais contra Flávio Bolsonaro representou um duro golpe contra a extrema-direita brasileira e as pretensões do imperialismo estadunidense de ampliar seu domínio sobre a América Latina. Contudo, o cenário político continua bastante adverso para a classe trabalhadora brasileira. A fuga do candidato derrotado constitui um acontecimento de enorme gravidade política, cujo significado ultrapassa as fronteiras brasileiras. Sua busca por proteção em território estadunidense, diante das investigações e acusações envolvendo seus crimes, não pode ser interpretada como um episódio isolado, mas compreendida no contexto das relações históricas entre o imperialismo e as oligarquias reacionárias latino-americanas.

Ao longo de décadas, os Estados Unidos acolheram e protegeram políticos autoritários, conspiradores golpistas e representantes das classes dominantes comprometidos com seus interesses estratégicos. O imperialismo estadunidense, que procura apresentar-se como defensor da democracia e da liberdade, não hesita em acolher e proteger o que existe de mais reacionário na América Latina quando estão em jogo seus interesses econômicos e geopolíticos.

Em defesa da legitimidade do resultado eleitoral

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) reafirma a necessidade de investigação rigorosa das denúncias contra o clã Bolsonaro, seus aliados, financiadores e eventuais cúmplices, com a devida responsabilização daqueles cujos crimes forem comprovados. Não pode haver impunidade para articulações golpistas nem tolerância com iniciativas destinadas a subverter a vontade popular expressa nas urnas. A defesa das liberdades democráticas exige também o enfrentamento às forças econômicas e políticas que financiam, sustentam e procuram legitimar a extrema-direita no Brasil.

A participação ou facilitação do governo de Javier Milei no deslocamento de Flávio Bolsonaro pelo território argentino acrescenta outro elemento preocupante a esse cenário. A articulação entre governos de extrema-direita, forças políticas neofascistas e setores do imperialismo estadunidense constitui uma ameaça concreta à soberania e às conquistas democráticas dos povos latino-americanos. Trata-se de uma aliança continental das classes dominantes contra os trabalhadores e os povos da região, na qual o neofascismo aparece como instrumento político de preservação dos privilégios do grande capital.

Manter viva a mobilização popular contra o fascismo, o imperialismo e o neoliberalismo!

A derrota eleitoral do bolsonarismo representou importante conquista democrática, mas a batalha política e social está longe de terminar. Não podemos permitir que os interesses imperialistas condicionem o futuro do Brasil ou que a vitória popular seja esvaziada pela continuidade das políticas econômicas favoráveis ao grande capital. A luta contra o neofascismo exige também o enfrentamento ao neoliberalismo, à concentração da riqueza e à política de conciliação de classes, que preserva o poder econômico e político dos setores dominantes responsáveis pela sustentação da reação.

A defesa da legitimidade do resultado eleitoral e das liberdades democráticas deve estar articulada à conquista de novos direitos, à revogação das contrarreformas neoliberais e à construção de uma alternativa política comprometida com os interesses históricos da classe trabalhadora. Somente a organização independente dos trabalhadores e das trabalhadoras, a mobilização popular e a luta pelo poder popular poderão enfrentar as raízes econômicas e sociais do fascismo, romper com a dominação imperialista e abrir caminho para a construção de um Brasil soberano, democrático e socialista.

Leia na íntegra a Nota da Comissão Política Nacional do PCB em:

EXPEDIENTE

O Poder Popular, Um jornal a serviço das lutas populares e do socialismo.
órgão oficial do Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Conselho Editorial: Edmilson Costa, Antônio Lima Jr., Fabio Bezerra, Lucas Silva MTB 0092795, Nathália Mozer, Ricardo Costa, Roberto Arrais (jornalista responsável – 985/DRT – FENAJ).
Diagramação: Mauricio Souza
Colaboradores desta Edição: Comissão Política Nacional do PCB, Coordenação Nacional da UJC, Fração Nacional Indígena do PCB, Fundação Dinarco Reis, Pedro Monzón Barata e Secretaria de Solidariedade Internacional.
Endereço Eletrônico: www.pcb.com.br Contato: pcb@pcb.org.br
Sede Nacional do PCB: Rua da Lapa, 180, Gr 801 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP.: 20.021-180
Telefax.: (21) 2262-0855 e (21) 2509-3843.

FRAÇÃO NACIONAL INDÍGENA DO PCB

Total repúdio às ameaças sofridas pelos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais!



O Partido Comunista Brasileiro – PCB vem a público manifestar sua enorme preocupação com a escalada de atos de violência contra os povos indígenas nessas últimas semanas, ações estas que também atingiram comunidades quilombolas e populações tradicionais, no período em que vivenciamos o primeiro e o segundo turno das eleições para a Presidência da República.

Certamente respaldados pelo crescimento da extrema-direita e de forças neofascistas em inúmeros estados e municípios nas eleições de 2026, o que foi potencializado com a ida da candidatura dessas forças ao segundo turno da eleição para presidente da República, setores e segmentos ligados ao agronegócio, à mineração e outros, o que inclui aqueles que agem à margem da lei com garimpos ilegais, extração de madeira, caça e pesca predatórias, dentre outras iniciativas criminosas, desencadearam várias ações contra os povos originários, seja com envenenamento da água de rios e córregos, agressões verbais a pessoas e grupos indígenas em muitas localidades, ameaças de toda a sorte e tipo e incitação à violência via redes sociais, uso de veículos em rondas contínuas a terras indígenas em alguns casos com pessoas armadas, incitação à invasão de terras indígenas etc.

A situação chegou ao ponto de indígenas serem "proibidos" de deixarem seus territórios e se deslocarem para cidades próximas, ou seja, uma evidente e ilegal coibição do direito de ir e vir, afetando até mesmo situações de tratamento de saúde, compra de alimentos e outras necessidades. Há registro de pelo menos três assassinatos de indígenas nos últimos dias, o que precisa ser apurado com todo o rigor para saber-se de possível motivação política.

Barrar a escalada de violência contra os povos tradicionais

Esse verdadeiro clima de terror instaurado em vários estados não pode ser visto como algo desconectado do crescimento das forças ultraconservadoras: não se trata de uma casualidade, mas de algo sabidamente orquestrado e que se põe em compasso com as muitas iniciativas que tramitam no legislativo federal visando rebaixar ou até eliminar direitos dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais.

A escalada de violências fez com que o governo federal tomasse algumas iniciativas de suporte aos povos originários, quilombolas e populações tradicionais, porém, são ainda tímidas e precisam ter efetividade, para garantir a proteção concreta aos povos e comunidades ameaçadas, com o uso das forças legais de segurança das quais dispõe o governo brasileiro. É a vida de centenas, talvez milhares de irmãs e irmãos indígenas, quilombolas e povos tradicionais que está em risco!!! Todas essas ocorrências precisam ser investigadas, apuradas a fundo e, se caracterizadas como atos de racismo, intolerância política, crimes de ódio e outras formas, seus mentores e perpetradores devem ser punidos com todo o rigor legal nas esferas criminal e cível.

Nesse dramático contexto, o Partido Comunista Brasileiro – PCB, se põe cabalmente solidário aos povos originários, quilombolas e populações tradicionais afetados e atingidos por esses atos bárbaros e criminosos, exigindo do poder público todas as medidas necessárias, concretas e efetivas de proteção, identificação de pessoas e grupos que tenham e estejam agindo criminosamente, bem como sejam todas e todos que assim procederam e procedem levados a responder no mais alto grau perante a justiça por seus atos e ações. ☭

Toda solidariedade aos povos indígenas, quilombolas e povos tradicionais ante os atos e ações da extrema direita!

Em defesa dos direitos à vida dos indígenas, dos quilombolas e dos povos tradicionais e seus territórios!

Fração Indígena do Partido Comunista Brasileiro – PCB

Partido Comunista Brasileiro - PCB

ELEIÇÕES 2026

A vitória de Lula, a mobilização popular e os desafios da luta de classes



A vitória de Lula no segundo turno, numa virada histórica das eleições presidenciais brasileiras, demonstrou mais uma vez a extraordinária capacidade de mobilização e resistência do povo brasileiro, especialmente da juventude. Aquilo que parecia uma tarefa praticamente impossível transformou-se em realidade mediante a participação de milhões de pessoas nas ruas, nos locais de trabalho, nas universidades, nas periferias e nas redes sociais.

Esse resultado representa uma vitória de toda a humanidade contra o fascismo, contra Trump, o sionismo, a Meta, a máfia bolsonarista, os prefeitos que sabotaram o transporte público nas regiões de maioria lulista, a oligarquia financeira, os chamados mercados e as classes dominantes, que se empenharam em apoiar o candidato adversário com o objetivo de aprofundar as políticas neoliberais e a entrega do patrimônio público brasileiro. Trata-se de um acontecimento que ultrapassa os limites de uma disputa eleitoral e assume um significado político e geopolítico de grande dimensão.

Num cenário internacional marcado pelo crescimento da extrema-direita e pela intensificação das contradições do capitalismo, o resultado eleitoral brasileiro constitui um acontecimento fundamental para a América Latina e para o mundo, porque o Brasil passa a representar importante barreira de contenção ao avanço das forças reacionárias na região.

A derrota da candidatura bolsonarista representa também um revés político para os que defendem a subordinação do Brasil aos interesses estratégicos dos Estados Unidos. Além disso, o fortalecimento das forças democráticas e de esquerda brasileiras poderá contribuir para ampliar os espaços de resistência ao imperialismo, em defesa da soberania e autodeterminação dos povos latino-americanos, especialmente de Cuba, permanentemente submetida ao bloqueio econômico estadunidense. O exemplo vitorioso do Brasil certamente servirá de inspiração para que outros povos organizem sua resistência contra o fascismo e o imperialismo.

Mobilizações populares e da juventude garantem a virada

Um dos aspectos mais importantes desse processo foi a ativa participação da juventude, dos idosos, dos trabalhadores e das trabalhadoras, dos movimentos populares e de amplos setores da sociedade brasileira. A mobilização que se desenvolveu desde as pequenas cidades do interior às grandes capitais, das universidades às periferias, das manifestações de rua às redes sociais, revelou uma disposição para a luta da população brasileira que merece ser analisada em toda a sua profundidade. Essa experiência poderá representar um importante acúmulo de consciência, organização e capacidade de intervenção popular para as batalhas futuras, uma vez que as massas emergem dessa luta com ânimo renovado e moral elevada. O desafio agora é transformar a energia despertada durante a campanha eleitoral em participação política permanente, organização e luta pelos direitos da classe trabalhadora, dos setores populares e da juventude.

Essa experiência também recoloca uma questão fundamental para a compreensão da luta política: a correlação de forças não é uma realidade imóvel. Correlação de forças se constrói lutando. Ninguém é capaz de mudar a realidade permanecendo de braços cruzados ou apenas realizando acordos de gabinete.



Ela se modifica mediante a ação consciente das classes sociais, a organização coletiva e a participação popular. A experiência dessas eleições demonstrou que somente a mobilização popular pode alterar situações aparentemente desfavoráveis e abrir novas possibilidades políticas. As transformações estruturais de que o país necessita não poderão resultar exclusivamente de negociações institucionais ou de acordos entre as cúpulas partidárias, mas dependerão fundamentalmente da capacidade de organização e intervenção independente da classe trabalhadora. Sem luta não há vitórias!

Entretanto, seria um grave equívoco confundir a derrota eleitoral da extrema-direita com o desaparecimento de sua força política, econômica e social. O novo governo encontrará uma realidade marcada pela forte presença da extrema-direita no Congresso Nacional, nos governos estaduais, no aparelho de Estado e em importantes espaços de influência econômica e ideológica. Além disso, as grandes corporações, o capital financeiro e os setores empresariais continuarão exercendo forte pressão sobre as decisões econômicas e políticas da nação. A vitória nas urnas modifica a correlação de forças no cenário político, mas não elimina as contradições estruturais da sociedade brasileira, nem resolve, por si mesma, os conflitos entre os interesses do capital e as necessidades da maioria trabalhadora. Por isso, é fundamental manter unidas e vigilantes as forças que se mobilizaram para derrotar o fascismo!

A oligarquia financeira e os setores rentistas já pressionam o governo para anunciar cortes nos gastos sociais e medidas de austeridade fiscal, sob o pretexto de reduzir o tamanho da dívida pública. Nessa conjuntura, o enfrentamento às iniciativas autoritárias e às tentativas de manter esse modelo econômico perverso deverá caminhar lado a lado com a luta por melhores condições de vida, trabalho, educação, saúde e moradia para a população brasileira. O PCB considera indispensável que as organizações sindicais, populares, estudantis e democráticas preservem sua autonomia e capacidade de mobilização, independentemente da composição do novo governo.

É hora de mudar o rumo do nosso país!

Uma das principais questões colocadas para o novo governo será a relação entre suas promessas eleitorais e as políticas efetivamente implementadas. A população trabalhadora enfrenta problemas profundos, como baixos salários, precarização das relações de trabalho, endividamento das famílias, insuficiência dos serviços públicos e dificuldades de acesso à moradia. Essas questões não poderão ser resolvidas apenas mediante medidas compensatórias ou políticas sociais limitadas, embora estas possam produzir melhorias imediatas.

A experiência dos governos anteriores também exige uma reflexão crítica sobre os limites da política de conciliação de classes. A tentativa de compatibilizar permanentemente os interesses do grande capital com as reivindicações da classe trabalhadora impõe sérios obstáculos às transformações sociais. A manutenção de políticas de austeridade fiscal, juros elevados, restrições ao investimento público e mecanismos de transferência de recursos para o sistema financeiro vai comprometer a realização das promessas de melhoria das condições de vida da população.

O PCB manterá sua independência política, ideológica e orgânica em relação ao novo governo, apoiando as medidas que representem conquistas efetivas para os trabalhadores e as trabalhadoras, exercendo uma crítica rigorosa às decisões que reproduzam a orientação neoliberal, restrinjam direitos ou preservem os privilégios do grande capital. Para os comunistas, a vitória eleitoral abre possibilidades políticas importantes, mas não substitui a necessidade de transformações estruturais na sociedade brasileira. O PCB continuará defendendo seu projeto de poder popular e do socialismo, baseado na organização independente da classe trabalhadora, na democratização efetiva das instituições e na superação das relações sociais de exploração.

A experiência dessa eleição deixa uma lição que deve permanecer viva nas próximas batalhas: a organização, a mobilização e a participação popular são forças indispensáveis para a conquista de direitos e para a transformação da sociedade, além de serem capazes de transformar o aparentemente impossível em tarefa possível. A vitória eleitoral abriu uma janela de oportunidades para mudar o rumo do País. Esperamos que o novo governo cumpra essa tarefa. ☭

Leia na íntegra a Nota da Comissão Política Nacional do Partido Comunista Brasileiro – PCB:

HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES



109 anos da Revolução Bolchevique

Texto extraído do Livro-Agenda 2017 da Fundação Dinarco Reis/PCB

OUTUBRO DE 1917

"A demora significa a morte". Com estas palavras, Lenin concluía sua carta aos bolcheviques que participavam do Congresso dos Sovietes da Região Norte. Lenin havia feito, clandestinamente, em meados de setembro, a viagem de Helsinque a Viborgsk. Em 07 de outubro, chegou disfarçado a Petrogrado, para dirigir pessoalmente os preparativos da insurreição. No dia seguinte, sua carta era lida aos delegados da Região Norte. Em 10 de outubro, ele participava da reunião do Comitê Central, no subúrbio de Petrogrado, onde se decidiu pela revolta armada, por dez votos (Lenin, Bubnov, Dzerjinski, Kollontai, Lomov, Sverdlov, Sokolnikov, Uritski, Trotsky e Stalin) contra dois (Kamenev e Zinoviev). No dia 16, numa reunião ampliada do CC com representantes de organizações operárias, foi constituído o Comitê Militar Revolucionário para comandar a insurreição.

Sob a direção de Lenin e do CC, os bolcheviques levaram a cabo em toda a Rússia a preparação metódica da revolução. Eram enviadas cartas com instruções aos organismos partidários locais, indicando medidas concretas a tomar. Além das conferências de Petrogrado e Moscou, mais de 30 reuniões regionais, provinciais e municipais dos bolcheviques adotaram as resoluções propostas por Lenin. Em vários pontos do país realizavam-se reuniões e congressos dos Sovietes, que, um após outro, aprovavam a proposição de passagem de todo o poder aos Sovietes, elegendo para suas direções quadros bolcheviques.

Lenin combateu resolutamente as posições vacilantes de Kamenev e Zinoviev, que discordavam da exortação à luta armada e defenderam posição contrária em jornal menchevique. Os dois foram afastados do CC Bolchevique e proibidos de dar declarações em seu nome. Lenin discordou também da proposta de Trotsky de aguardar a realização do II Congresso Nacional dos Sovietes, marcado para 25 de outubro. Entendia que era preciso antecipar-se às forças contrarrevolucionárias, com medidas enérgicas e ocupação das posições-chave da capital.

O Governo Provisório buscava impedir que o rastilho de pólvora se espalhasse e tentou dissolver à força o Soviete de Kalugui, no dia 19, mas a guarnição armada dos bolcheviques resistiu bravamente. Os dias seguintes foram decisivos para a revolução. Nas unidades militares, fábricas e usinas, realizavam-se comícios gigantescos. Mesmo com as ordens do Governo para prisão dos bolcheviques, confinamento e julgamento dos membros do Comitê Militar Revolucionário, além do desmonte das pontes de comunicação dos bairros proletários com o Soviete de Petrogrado, na noite de 24 de outubro, Lenin chegava ao Instituto Smolni, onde se instalara o Estado-Maior da insurreição.

Na madrugada, o Correio Geral foi ocupado por um destacamento armado de marinheiros, soldados e membros da Guarda Vermelha, enquanto tropas do Comitê Militar Revolucionário ocupavam estações de trem, as pontes do Rio Neva, o Banco do Governo, as emissoras de rádio e as redações dos jornais centrais. O cruzador Aurora apontava seus canhões para o Palácio de Inverno, sede do Governo Provisó-

rio. Na manhã de 25 de outubro, o Comitê Militar do Soviete de Petrogrado divulgava mensagem escrita por Lenin aos cidadãos da Rússia em que se anunciava a passagem do poder aos Sovietes. À tarde foi aberta a histórica Reunião Extraordinária do Soviete, na qual Lenin discursou, saudando a vitória da Revolução Socialista. À noite, as unidades revolucionárias tomaram de assalto o Palácio de Inverno, último baluarte do governo burguês.

NOVEMBRO DE 1917

As primeiras medidas revolucionárias foram adotadas imediatamente após a tomada do poder: na noite de 26 de outubro foi aprovado o Decreto sobre a Paz, pelo qual o poder operário-camponês afirmava a sua resolução de assinar imediatamente uma paz sem anexações nem indenizações. Às 2 horas da manhã do dia seguinte foi aprovado o Decreto sobre a Terra, que abolia a propriedade privada na Rússia. O Congresso dos Sovietes formou um governo operário-camponês, o Conselho dos Comissários do Povo. Os socialistas-revolucionários de esquerda, que no Congresso apoiaram os bolcheviques, recusaram-se a participar do Governo. Lenin foi eleito presidente do Conselho. Em 30 de outubro, numa mensagem a todos os cidadãos da Rússia, Lenin informava acerca das conquistas da revolução, que em dois dias apenas dera resposta às principais reivindicações populares, e da determinação em derrotar qualquer tipo de reação organizada pelas antigas classes dominantes.

Para surpresa dos próprios membros do Partido, o novo governo era formado exclusivamente por bolcheviques, que ocuparam os seguintes cargos: Lenin, Presidente; Trotsky, Relações Exteriores; Antonov Ovsenko, Krylenko e Dybenko, Guerra e Marinha; Lunacharsky, Instrução Pública; Kykov, Interior; Miliutine, Agricultura; Sliapnikov, Trabalho; Noguine, Comércio e Indústria; Stepanov-Skorcov, Finanças; Teodorovic, Abastecimento; Stalin, Nacionalidades; Lomov, Justiça; Avilov, Correios. Instalado no Palácio de Smolni, o governo revolucionário decretava mudanças radicais na economia e na sociedade russas, como o projeto de controle operário sobre a produção e distribuição, conferindo aos trabalhadores o direito de decidir sobre os assuntos das empresas. Promoveu-se a desmobilização do antigo exército, foi abolida a divisão dos cidadãos em estamentos, com a supressão dos privilégios das classes proprietárias. Passaram a ser propriedade de todo o povo o transporte ferroviário, a frota mercante e os bancos, assim como todo o comércio exterior passou a ser exercido pelo Estado. Foram confiscadas as fábricas dos grandes capitalistas, tornadas patrimônio público. Verificava-se assim a essência profundamente revolucionária e democrática do novo regime, o regime socialista. A Declaração de Direitos dos Povos da Rússia definia a igualdade, a autonomia e o direito à autodeterminação dos povos, com abolição de todo e qualquer privilégio ou limitação nacional ou religiosa.

Era tarefa das mais complexas e difíceis a montagem de uma nova máquina governamental. Ao longo da acirrada luta política definiram-se as linhas básicas de ação e a relação dos órgãos superiores da ditadura do proletariado. O órgão máximo de governo era a Assembleia Nacional dos Sovietes, na qual foi eleito o Comitê Executivo Central da Rússia, presidido por Iákov Sverdlov, destacado dirigente bolchevique, para atuar entre uma assembleia e outra. O Conselho dos Comissários do Povo tinha autonomia para adotar medidas de combate à contrarrevolução e adquiriu também o direito de iniciativa legislativa. O traço mais marcante do novo governo era a união dos poderes executivo e legislativo. Todas as questões fundamentais eram submetidas ao crivo de ambos os órgãos de governo. No chamado "À População", Lenin exortava o povo a unir-se aos Sovietes e a participar ativamente, com o governo bolchevique, da construção da nova sociedade: "Uni-vos em torno dos vossos Sovietes. Reforçai-os. Lançai mãos à obra na base, sem esperar por ninguém". ☭



UNIÃO DA JUVENTUDE COMUNISTA

Não à redução da maioridade penal!



Charge: Latuff / Sul21

A UJC repudia qualquer movimento em direção à redução da maioridade penal. Este é um projeto de extermínio e encarceramento da juventude negra e trabalhadora!

O Estado burguês e os defensores do capital querem impor a lógica da cela e do fuzil para responder às contradições que eles mesmos criam. Reduzir a maioridade penal não é combate à violência: é o aprofundamento do encarceramento em massa, é a criminalização da pobreza, é a negação sumária de qualquer perspectiva de futuro para quem vive nas periferias!

A redução da maioridade penal possui um evidente caráter racista, pois atinge de forma desproporcional e direta a juventude negra e periférica. Em um sistema moldado pelo racismo estrutural, essa medida funciona como um instrumento de seletividade penal e controle social, perpetuando o encarceramento e a marginalização dessa população sob o falso discurso de segurança.

O sistema prisional brasileiro é uma engrenagem de tortura e degradação que não recupera ninguém. Ele serve apenas para moer a carne da classe trabalhadora. Conforme dados divulgados pelo Observatório de Direitos Humanos em agosto de 2024, o Brasil é atualmente o país com a terceira maior população carcerária do mundo, contando mais de 850 mil privados de liberdade. Deste contingente alguns dados se destacam: mais de 70% é composto por pessoas negras; aproximadamente 60% é formado por jovens na faixa entre 20 e 34 anos e 25% não passaram sequer por julgamento.

O Brasil passa por um período de detenções em massas desde os anos 90, sobretudo com a ascensão da declarada "Guerra às Drogas", política estadunidense importada do período Nixon e que foi muito propagada em território nacional. As ações da dita segurança pública são extremamente ostensivas e violentas, criminalizando principalmente jovens negros. A luta antipunivista e abolicionista deve estar no horizonte revolucionário, pois é um dos aspectos mais vitais para a superação da dominação do capital e deve incluir medidas de ressocialização e políticas de desestigmatização da população encarcerada como alternativa às punições que refletem o caráter racista do sistema capitalista.

Não aceitaremos que joguem a conta da crise social nas costas dos nossos jovens enquanto negam educação, saúde, moradia, trabalho e cultura! A violência não se combate com mais repressão e grades, mas com a destruição das desigualdades estruturais e a garantia irrestrita dos direitos fundamentais.

Nem uma cela a mais! Nem um jovem a menos! Pelo fim do encarceramento em massa! Em defesa da juventude negra, periférica e trabalhadora!

Coordenação Nacional
União da Juventude Comunista

UJC Brasil

ACESSE AS MÍDIAS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

- pcb.org.br/portal2
- facebook.com/PartidoComunistaBrasileiroPcb
- instagram.com/pcbpartidao
- t.me/canalpcbnoticias
- unidadeclassista.org.br
- ujc.org.br
- coletivominervinocom.wordpress.com
- lgbtcomunista.org
- instagram.com/anamontenegro.br

ACOMPANHE AS MIDIAS DO JORNAL O PODER POPULAR:
HTTPS://LINKTR.EE/JORNALOPODERPOPULAR e contribua pelo Pix JORNALOPODERPOPULAR@GMAIL.COM

AMÉRICA LATINA

Repúdio aos ataques dos EUA a Raúl Castro!



Nota Política do Partido Comunista Brasileiro – PCB

O PCB – Partido Comunista Brasileiro reafirma a mais irrestrita solidariedade para com o comandante Raúl Castro, o povo e a classe trabalhadora cubanos, o governo e o Partido Comunista de Cuba. Neste momento crucial para todos os povos do mundo, em que os setores mais agressivos e chauvinistas do imperialismo, em aliança com empresas de alta tecnologia de comunicação e informação, desencadeiam uma brutal ofensiva cultural, midiática, política e econômica contra os povos, as nações e, sobretudo, a classe trabalhadora mundial, afirmamos, hoje como ontem, que não passarão!

No dia 19 de outubro de 2026, o procurador-geral da Flórida, James Uthmeier, anunciou a expedição de um mandado de prisão — sem possibilidade de pagamento de fiança — contra Raúl Modesto Castro Ruz, com 95 anos de idade, assinado pela juíza Ariana Fajardo Orshan, do 11.º Circuito Judicial da Flórida. A acusação refere-se ao abate, em 24 de fevereiro de 1996, de duas aeronaves do grupo de exilados cubanos "Irmãos ao Resgate", que violaram o espaço aéreo cubano, episódio que causou a morte de quatro pessoas. Naquele momento, Raúl Castro era ministro das Forças Armadas e vice-presidente de Cuba. Este incidente levou diretamente à aprovação da Lei Helms-Burton, que intensificou o bloqueio econômico ao Governo de Cuba.

O grupo "Irmãos ao Resgate", composto por contrarrevolucionários cubanos exilados nos Estados Unidos, tem realizado, desde 1991, atividades hostis a Cuba, violando repetidamente o espaço aéreo da Ilha, lançando panfletos e fazendo apelos à população para se opor à administração socialista, em articulação com os serviços de inteligência das agências ligadas à presidência dos EUA, que promovem a tentativa de derrubada do Governo do país caribenho. Naquele episódio, as aeronaves desse grupo violaram repetidamente o espaço aéreo cubano e penetraram numa zona de operações militares, ignorando os avisos recebidos.

Nem o Estado da Flórida nem o Governo Federal dos EUA têm competência jurídica e legitimidade para julgar um cidadão cubano pelos atos praticados no exercício das suas funções, em território sob soberania cubana. Trata-se de uma extraterritorialidade ilegítima, na medida em que são aplicadas leis estaduais a fatos ocorridos fora do território dos EUA, o que viola princípios básicos do Direito Internacional. Não existindo um tratado de extradição entre os dois países, o mandado não pode ser executado de forma legal.

Repudiamos veementemente este novo ato de hostilidade por parte do Governo dos EUA contra o povo e o Governo de Cuba. A aversão à Revolução Socialista cubana só é comparável ao ódio que há mais de dois séculos despertou a Revolução Haitiana, que, como é sabido, foi alvo de brutais sanções por ter posto termo à escravatura e ao colonialismo. Hoje, Cuba encontra-se na mesma situação em que a Revolução Haitiana se encontrava naquela época. Por este motivo, o presidente Trump relançou a Doutrina Monroe e, mais ainda, está em curso um novo "Plano Condor", agora designado "Escudo das Américas", com a mesma finalidade do funesto plano anticomunista que ceifou tantas vidas de valorosos militantes populares nas décadas de 70 e 80 do século passado. Os círculos de poder estadunidenses não perdoam a ousadia do povo cubano e dos povos indo-afro-latino-americanos de se rebelarem contra o imperialismo e o capitalismo e não desistem de tentar, repetidamente, destruir e apagar da memória esta façanha realizada na "Nossa América". ☭

TODA SOLIDARIEDADE AO COMANDANTE RAÚL CASTRO

EM DEFESA DA SOBERANIA E AUTODETERMINAÇÃO DO POVO CUBANO

FORA ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA LATINA

Secretaria de Solidariedade Internacionalista do PCB

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Gaza e Cuba: a geopolítica da barbárie



Pedro Monzón Barata – Ex-embaixador cubano e cônsul-geral em São Paulo; pesquisador do Centro de Pesquisa de Políticas Internacionais

A geopolítica da barbárie na pré-história

Fidel Castro, um aguçado leitor da obra de Karl Marx, costumava recordar que a humanidade, apesar de seus avanços tecnológicos, ainda não emergiu da pré-história. Para Marx, a verdadeira história da humanidade começaria com o fim da exploração do homem pelo homem; antes disso, tudo é pré-história, um longo e sangrento prólogo de barbárie, guerras e desapropriação. Fidel assumiu essa categoria e a fez sua, aplicando-a aos perigos nucleares, ao fascismo ressurgente e, acima de tudo, ao sofrimento dos povos oprimidos. Em 2010, ele escreveu: "Estamos vivendo um momento excepcional na história da humanidade ... que Karl Marx descreveu brilhantemente como pré-história".

A identificação entre Cuba e a Palestina não é recente, nem uma concessão ao politicamente correto da esquerda internacional. É um princípio fundador da Revolução Cubana, uma ética de solidariedade que Fidel Castro elevou à categoria de doutrina e que seus sucessores mantiveram como um pilar imóvel da política externa da ilha. Como o presidente Miguel Díaz-Canel reiterou, é uma "posição irremovível da Revolução, impulsionada por seu líder Fidel". A solidariedade de Cuba com Gaza é, neste quadro, uma tentativa consciente de acelerar a transição da pré-história para a história.

Genocídio, fascismo e pré-história

Fidel Castro foi um dos primeiros líderes mundiais a descrever a situação em Gaza e nos territórios ocupados como "genocídio". Sua intervenção perante a Assembleia Geral da ONU em 1979 não foi apenas um momento histórico pelo seu conteúdo, mas também pela sua audácia e clareza. Em um contexto em que o Holocausto nazista ainda era uma ferida aberta na consciência da humanidade, Castro fez uma comparação que, para muitos, era perturbadora:

"Repudiamos com toda a nossa força a perseguição implacável e o genocídio que o nazismo desencadeou em seu tempo contra o povo hebreu. Mas não me lembro de nada mais semelhante em nossa história contemporânea do que o despejo, a perseguição e o genocídio que o imperialismo e o sionismo estão realizando hoje contra o povo palestino".

Fidel descreveu os palestinos como um povo "despojado de suas terras, expulso de sua própria pátria, espalhado pelo mundo, perseguido e assassinado", e elevou-os à condição de "símbolo vivo do maior crime de nossa época". Esta declaração, que ressoou com força nos corredores da ONU, foi recebida com indignação pela delegação israelense, que a considerou uma grave violação de todas as normas de conduta aceitas e uma comparação obscena. O tempo provou que o líder cubano estava certo: o que para alguns parecia uma hipérbole retórica é hoje uma descrição quase literal da realidade que Gaza vive.

As estatísticas do horror falam por si mesmas. Desde 7 de outubro de 2023, o genocídio em Gaza deixou mais de 73.000 palestinos mortos, a maioria mulheres e crianças, e mais de 174.000 feridos. Mais de 21.500 crianças perderam a vida devido a ataques israelenses. A destruição é quase total: cerca de 90% da infraestrutura civil de Gaza foi arrasada, e as Nações Unidas estimam que a reconstrução custará cerca de 70 bilhões de dólares. A desapropriação, o cerco e a fome tornaram-se a realidade diária de



uma população presa entre o mar e o poderio militar.

Solidariedade sem contrapartida

Para Fidel Castro, o apoio à causa palestina não foi uma concessão tática ou um ato de propaganda, mas um princípio fundamental da Revolução Cubana. Este princípio foi baseado na convicção de que os revolucionários devem apoiar causas justas sem esperar nada material em troca. Castro formulou claramente esta ideia quando se referiu ao apoio cubano a Angola, mas o princípio era aplicável a todas as lutas de libertação, incluindo a palestina.

Esta ética da solidariedade constitui um pilar da política externa cubana e não tem variado com o passar do tempo ou com a mudança na liderança cubana. Uma das formas mais significativas de solidariedade foi a formação de quadros palestinos em Cuba. A Ilha treinou membros da OLP e concedeu milhares de bolsas de estudo a jovens palestinos para prosseguir o ensino superior na ilha. Essa cooperação educacional remonta a 1982, quando, sabendo que milhares de crianças palestinas ficaram órfãs em outra guerra iniciada por "Israel", Fidel Castro comunicou a decisão de receber 500 delas para estudar em Cuba.

A Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM), fundada por Fidel Castro, tem sido um instrumento fundamental dessa solidariedade. Lá, médicos de todo o mundo foram treinados, incluindo numerosos palestinos, que retornaram à sua terra para cuidar de seus compatriotas, vítimas de repressão e cerco. Essas oportunidades representam não apenas a formação profissional, mas uma tábua de salvação em meio à tragédia.

Gaza no imaginário cubano: um espelho da própria história

A identificação de Cuba com Gaza não é meramente política ou ideológica; também tem uma dimensão profundamente humana e afetiva. Os cubanos, que sofreram bloqueio econômico e agressão de uma superpotência vizinha, veem na Faixa de Gaza um espelho de sua própria história. Eles veem um povo heróico sitiado, sitiado e submetido à violência brutal, que, no entanto, resiste com dignidade.

Hoje, esse espelho tornou-se mais claro e doloroso do que nunca. Em janeiro de 2026, o presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva declarando uma "emergência nacional" e designando Cuba como uma "ameaça incomum e extraordinária" à segurança nacional dos Estados Unidos. Com base nisso, ele estabeleceu um domínio de petróleo sem precedentes na ilha. O transporte público está paralisado, os food trucks param de circular, as colheitas são perdidas nos campos, hospitais e usinas de água ficam sem energia, e a população entra em um ciclo de apagões que já ultrapassam 20 horas diárias em muitas localidades.

O presidente Miguel Díaz-Canel denunciou que os Estados Unidos estão "sufocando" a Ilha com o "bloqueio de energia genocida", e apontou para a flagrante contradição daqueles que, como o secretário de Estado Marco Rubio, negam a existência do bloqueio enquanto ignoram as ordens executivas assinadas por seu próprio presidente e sucessivas "sanções" secundárias.

A ofensiva não para no bloqueio energético. Em 20 de julho de 2026, o Departamento de Estado publicou um relatório de cem páginas intitulado "Cuba: A Capital do Comunismo do Século XXI", que acusa Havana de ser o centro mundial da extrema esquerda, espionagem e décadas de influência na América Latina e nos Estados Unidos. Marco Rubio, secretário de Estado, declarou que Cuba é uma "ameaça à segurança nacional" de seu país e anunciou que o governo Trump está travando uma "guerra econômica sem precedentes" contra a ilha. É a confissão explícita de um propósito: a asfixia total, a perseguição implacável, a negação do direito de existir de um povo que se atreveu a desafiar o império. Esta é a "nova e repugnante forma de fascismo" que Fidel Castro alertou em 2014, agora aplicada com toda a sua crueza contra a ilha.

Fidel Castro, em suas reflexões sobre Gaza, descreveu o enclave como um lugar onde vivem quase dois milhões de seres humanos "entre o deserto, o mar e o poderio militar de um país do Oriente Médio". Esta imagem de um povo preso entre geografia hostil e poder militar ressoou com a própria experiência de Cuba de viver à sombra de um gigante imperial. Hoje, essa ressonância é mais profunda do que nunca: Cuba é também um povo sitiado, atacado por um bloqueio de energia que busca seu sufocamento, e ameaçado por um funcionário que fez da perseguição da ilha sua missão pessoal. ☭

Leia na íntegra:



FUNDAÇÃO DINARCO REIS

Curso: Estratégias da Revolução Brasileira



FUNDAÇÃO DINARCO REIS PROMOVE:

Curso Estratégias da Revolução Brasileira: debates e controvérsias marxistas

Três encontros semanais, cada um com 2 horas no total (uma hora de exposições e uma de debate) pela Plataforma Even3

Encontro 1 • dia 27 de novembro (sexta-feira)

A estratégia nacional-democrática em Lenin e na III Internacional

Muniz Ferreira - Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, atuando principalmente nos seguintes temas: ditadura militar, movimento comunista, extrema-direita e relações internacionais. É membro do Comitê Central do PCB e diretor da Fundação Dinarco Reis.

A revolução brasileira em Caio Prado Jr.

Sofia Manzano - Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, com ênfase em Metodologia da Pesquisa Científica, Marxismo e Crítica da Economia Política. É Secretária de Relações Internacionais do PCB.

Encontro 2 • dia 1º de dezembro (terça-feira)

O PCB e a construção da estratégia nacional-democrática

Ricardo Costa • Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense, atuando principalmente nos seguintes temas: História de Nova Friburgo, Teoria e Metodologia da História e Pensamento Econômico. É membro do Comitê Central do PCB e diretor da Fundação Dinarco Reis.

Os comunistas e a questão democrática no contexto de enfrentamento à ditadura militar no Brasil

Heitor Cesar de Oliveira - Doutorando em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com a pesquisa sobre Comunismo e Democracia através da história comparada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Chile (PCCh). É membro do Comitê Central do PCB e diretor da Fundação Dinarco Reis.

Encontro 3 • dia 14 de dezembro (segunda-feira)

Capitalismo dependente e revolução em Clóvis Moura

Stephanie Rodrigues de Morais - Psicóloga e mestre em Psicologia pela UFF, articuladora de saúde no Projeto Tecendo Diálogos/FIOCRUZ, educadora Popular e militante do Coletivo Negro Minervino de Oliveira.

Capitalismo dependente e revolução em Ruy Mauro Marini

Rodrigo Castelo - Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), atuando principalmente nos seguintes temas: "questão social", ideologia, capitalismo dependente e formação histórica do Brasil. É militante do PCB e diretor da Fundação Dinarco Reis.

Este curso visa debater as visões dos comunistas do PCB e de correntes marxistas do século XX quanto ao desenvolvimento do capitalismo e a dependência frente ao imperialismo, análises responsáveis pela adoção de estratégias e táticas com vistas à construção da revolução nacional-democrática, como caminho para o socialismo no Brasil e na América Latina.

Serão debatidas as interpretações adotadas a partir das formulações de Lenin e das proposições da Internacional Comunista após o VI Congresso (1928), que influenciaram profundamente a linha política dos partidos comunistas em todo o mundo e, em especial, o Partido Comunista Brasileiro, com destaque para a estratégia e a tática abraçadas nos anos 50-60 e no enfrentamento à ditadura militar.

Por outro lado, o curso abordará as ricas análises sobre a realidade brasileira e os caminhos de superação do capitalismo apresentadas por intelectuais e militantes revolucionários que apresentaram interpretações diferenciadas daquelas defendidas pela direção do PCB, tais como Caio Prado Jr., Clóvis Moura e Ruy Mauro Marini.

INSCRIÇÕES PELO LINK:

VALOR: R$ 60,00

AS AULAS FICARÃO GRAVADAS E SERÃO CONCEDIDOS CERTIFICADOS AOS PARTICIPANTES